

# Pequena história de amor conjugal no Ocidente Moderno

Mary del Priore\*

## Resumo

Trata-se de breve resumo das práticas em torno do amor conjugal, desde os finais da Idade Média à modernidade. Permanências e rupturas se sucedem na literatura profana e sacra, na vigilância das instituições, na prática de nossos avós do passado, deixando marcas nas práticas da contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Igreja; conjugalidade; amor; sexualidade; Ocidente moderno; literatura; teologia.

## Brief History of Conjugal Love in the Modern West

### Abstract

This is a brief summary of practices regarding conjugal love, from the end of the Middle Ages to modern times. Continuities and ruptures succeed one another in literature, both profane and sacred, in the vigilance of the Institutions and in the practices of our grandparents in the past, leaving marks on the contemporary world.

**Keywords:** Church; marriage; love; sexuality; Modern Western World; Literature; Theology.

## Pequeña historia de amor conyugal en el Occidente Moderno

### Resumen

Se trata de un breve resumen de las prácticas en torno al amor conyugal, desde finales de la Edad Media hasta la Modernidad. Permanencias y rupturas se suceden en la literatura profana y sacra, en la vigilancia de las Instituciones, en la práctica de nuestros ancestros, dejando marcas en las prácticas de la contemporaneidad.

**Palabras-clave:** Iglesia; conyugalidad; amor; sexualidad; Occidente moderno; literatura; teología.

---

\* É historiadora, sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professora do curso de Pós-Graduação da Universo/Universidade Salgado de Oliveira

O esforço da Igreja para casar os seus fiéis vem de longa data. O Concílio de Latrão, reunido em 1215 pelo papa Inocêncio III, elaborou a legislação do matrimônio, alçado à sacramento em 1439, num outro Concílio, o de Florença. Desde o século VIII a instituição se bateu em favor da monogamia. Sim, pois os reis francos eram polígamos e a poligamia, meio de exhibir riqueza, poder e alianças políticas. Clotário, por exemplo, teve seis esposas! Um exagero que interferia tanto em questões dinásticas, quanto enfraquecia a noção mesma de casamento. A reforma gregoriana no século XI definiu, portanto, que clérigos devem respeitar o celibato e os casados, a monogamia. Uns e outros nunca foram totalmente fiéis às exigências da Igreja. Concubinas e amantes, como sabemos, resistiram. Mas a poligamia desapareceu.

Tais decisões atingiram, de um modo ou de outro, as normas comunitárias que, de alto a baixo da escala social, regulavam as uniões conjugais no Ocidente cristão. Variando regionalmente, segundo tradições e culturas dos povos europeus, os ritos matrimoniais espelhavam sempre uma aliança que atendia, antes de tudo, a interesses ligados à transmissão do patrimônio, a distribuição de poder, a conservação de linhagens e ao reforço de solidariedades de grupos. Simplificando, diríamos que eles mais eram associação entre duas famílias – diferentemente de hoje, que é associação entre duas pessoas – para resolver dificuldades econômicas e sociais, sem padre nem altar.

Mais importante do que as uniões abençoadas eram as “promessas de casamento” feitas pelo homem à família da noiva – os chamados esponsais ou desponsórios. Comemorados com grandes festas e troca de presentes, eles autorizavam aos olhos da comunidade a coabitação dos futuros cônjuges. A intervenção eclesiástica nesse processo tornou-se crescente a partir do século XIII, mas se adaptou, em geral, aos costumes de cada lugar.

Assim, em meados do século XVI, já existiam, do lado católico, dois objetivos a propósito do casamento: reafirmá-lo como sacramento, pois protestantes, como Lutero, o julgavam apenas “necessidade física”. E convertê-lo em instituição básica da vida dos fiéis, eliminando os ritos tradicionais e substituindo-os por uma cerimônia oficial, e aí, com padre e altar.

O casamento não era exatamente assunto que tivesse a ver com sentimentos. É que o sacramento ou os ritos que o cercavam se baseavam em critérios mais pragmáticos do que aqueles cantados pelos trovadores medievais que, então, se referiam a jardins floridos e encontros de amantes. Mas, onde, afinal, se escondia o amor? Na introdução do seu *O sexo e o ocidente – um jeu de mot* com a obra de Denis de Rougemont, *O amor e o ocidente – Jean-Louis Flandrin* lembra bem que durante séculos o amor foi o tema preferido de poetas e romancistas e que, aparentemente, muito pouco mudou entre, por exemplo, os séculos XIII e XX. Mas não seria o mesmo “amor” que se cantaria ao longo de

tantos séculos. No passado, seus objetos e estímulos afetivos seriam diferentes dos nossos, assim como diversas eram as condutas amorosas. O *status* do amor – e esta é sua tese –, era, então, bem mais complexo do que hoje. Havia quem cantasse o amor platônico e quem cantasse o carnal: coisas diferentes e separadas. E que o amor casto dentro do casamento teria levado ao amor paixão, fora dele. Este processo teria se consolidado com a ajuda de moralistas, eclesiásticos ou laicos, cuja tendência era condenar a paixão amorosa sob todas as suas formas, sem preocupação de distinguir, como tanto fazemos hoje, “o verdadeiro amor”, do simples desejo. A Igreja, por seu lado, condenava todo amor profano, considerando-o antítese do amor sagrado. Ela insistia particularmente sobre os perigos do excesso de amor entre esposos.

Ao longo da Idade Média, enquanto os poetas cantavam amores impossíveis, os teólogos repetiam o aforismo de São Jerônimo: “Adúltero é também o marido muito ardente por sua mulher”. Mas por que maridos não podiam amar apaixonadamente suas esposas? Porque, para a antiga moral cristã inspirada no estoicismo, a sexualidade nos fora dada exclusivamente para procriar. Era perverter a obra divina servir-se dela por outras razões. Santo Agostinho, no século V, resumia o casamento à procriação e ao cuidado com os filhos. O prazer puro e simples era “concupiscência da carne”, esterilidade que submetia a razão aos sentidos. E pior: na sua opinião a força do desejo não viria de Deus, mas de Satanás.

Conclusão: o casamento só era legítimo se colocado a serviço da prole, da família. É coisa muito recente a Igreja católica exaltar o amor conjugal. Para muitos teólogos da atualidade, “as relações conjugais são imorais quando não há mais amor”. Elas não podem ser outra coisa que “expressões de amor”. Mas isto, hoje. Pois no passado, o casamento estava longe de ser o lugar de encontro amoroso entre homens e mulheres.

Durante a Idade Moderna, outra definitiva transformação se acrescentou a esta tendência. Com o surgimento do contrato que passou a exigir a presença de um padre e de testemunhas, a obrigatoriedade da promessa dos esposos, mais a presença do dote, das mãos sobrepostas, do anel e do princípio de indissolubilidade, as fronteiras entre as exigências do sacramento e as outras formas de convívio afetivo foram ficando cada vez maiores. Criou-se uma dicotomia. Por um lado, sentimento regido por normas cada vez mais organizadas além de critérios práticos de escolha do cônjuge: o chamado “bem querer amistoso”. De outro, o sentimento ditado por razões subjetivas, por vezes, inexplicáveis. Ou seja, lentamente se construía um tipo de amor dentro do casamento e, outro, fora. Mas olhemos um pouquinho para trás para entender de que tipo de sentimento se está falando.

É certo que a ideologia moral expressa pelos estóicos – os que crêem que a felicidade está na virtude –, durante os primeiros séculos de nossa era, antes da expansão do cristianismo, favorecia a procriação, a propagação da espécie, como fim e justificativa do casamento. Muito amor, no entender de Jerônimo, confessor e doutor da Igreja, era justamente o amor sem reservas nem limites. E muito amor era ruim. Este era o tipo de amor nefasto, pois equivalente à paixão dos amantes fora do casamento. O homem sábio devia amar sua mulher com discernimento e não com paixão. E, conseqüentemente, controlar seu desejo e não se deixar levar pelo prazer do sexo. “Nada é mais impuro do que amar a mulher como amante. Que eles se apresentem às suas mulheres como maridos e não, amantes”. O tom de Jerônimo é de um mandamento. A velha e banal fórmula do “amor contido” no casamento e do “amor paixão” fora do casamento, inicialmente formulada pelo estoicismo, não como prática, mas como regra de um código moral, era aí aproveitada.

Nos textos do apóstolo Paulo, o amor fora do casamento, a *fornicatio*, a *immunditia* é implacavelmente condenado. A principal razão do matrimônio era responder ao desejo físico dos esposos pela obrigação recíproca. A este compromisso chamavam *debitum*, ou débito conjugal, espécie de moeda a ser paga em relações sexuais entre marido e mulher. É evidente que de tal perspectiva moral, o *debitum* devia ser diferente dos jogos violentos da paixão e do erotismo.

A jurisdição deste termo traduzia bem os limites do ato: higiênico, contido, quase cirúrgico. Tratava-se, sobretudo, de diminuir o desejo e não mais de aumentá-lo ou de fazê-lo durar. No lugar do amor erotizado, o amor ágape ou *caritas*. É a Paulo que devemos a formulação mais precisa desta tese nova, porém, mal explicada pelos evangelhos. Nela, o apóstolo lembra aos homens que Deus os ama, mesmo não sendo amado. Que o dom gratuito deste amor paterno é o sacrifício do filho, o Cristo – logo, dom que é renúncia e oferenda. E que o amor do próximo, seja ele, amigo ou inimigo, significa a adesão ao batismo cristão. Adesão ao pai bíblico. Deste ponto de vista, Deus é amor. E amor que visa à ressurreição, por meio do corpo puro, imaculado e isento de pecado. É o triunfo da idealização pela sublimação do sofrimento e pela destruição da carne. Amar é, portanto, ter o dom da caridade, logo, do ágape, mas não só. É possuir, igualmente, o dom da confiança, da solicitude, da decência, da verdade. Caso contrário, o indivíduo, mesmo imbuído de outras qualidades, não é nada. “Se não tenho amor, nada sou”, diz São Paulo. E a perfeição desta realidade plena do homem amoroso é representada por Deus, ele mesmo. Fora disto, como disse a religiosa portuguesa, sóror Mariana de Alcoforado, suposta autora de belas cartas de amor que teriam sido escritas no século dezoito, “todo o resto é nada”.

Se os Padres da Igreja retomaram, por sua conta, as justificativas estoicas do casamento, São Paulo, por sua vez, mostrava ter reservas a este respeito. O problema não parece lhe interessar. Ele o trata, de passagem, a propósito da mulher. Embora se salve pela maternidade, foi ela que introduziu o pecado no mundo – e não o homem. A fecundidade e a capacidade de procriar era levada em conta como compensação para a inferioridade do sexo feminino. Malgrado sua preferência pela virgindade, São Paulo admite sem reserva o casamento e a união perfeita entre homem e mulher. “Os maridos devem amar suas esposas como seu próprio corpo”. “Aquele que ama sua mulher, se ama”. Ele ressalva, contudo, que se os maridos são convidados a amar a mulher – *diligite* – estas são convidadas a lhes ser submissas – *subditae*. A nuance não é pequena. A submissão aparece como expressão feminina do amor conjugal. Apesar de sua diferença e por causa de sua complementaridade, marido e mulher não serão que um só corpo, *erunt duo in carne una*, fórmula que não designa apenas a penetração do sexos, mas também a confiança mútua, o apego recíproco, a identificação de um com outro.

Tal amor não nascia como um raio, nem decorria da ingestão de filtros como os tomados por Tristão e Isolda, vítimas do amor não conjugal. Não era necessário que ele pré-existisse ao casamento. Isto, contudo, podia acontecer, sobretudo, quando interesses de outro tipo não interferiam nas inclinações e escolhas amorosas. Eis porque não havia nada de chocante, nesses tempos, mesmo para a moral mais exigente, se os casamentos eram negociados em função de alianças familiares ou políticas e de bens patrimoniais. A Igreja apenas preferia, em princípio, que a negociação fosse aceita pelos futuros contraentes e não imposta. Por outro lado, esperava-se que o amor se desenvolvesse depois do casamento, ao longo de uma vida comum.

Grande ausente dos registros cotidianos, o sentimento, todavia, se multiplicava nos registros literários. E desde a Idade Média, pois, se situa comumente o nascimento da imagem do amor-paixão na civilização cortesã, aquela onde dominavam os trovadores, no século XII. Suas características seriam feitas de valores hostis ao casamento. Valores estes que fragilizavam a fidelidade conjugal. Sim, porque o amor cortês proibia terminantemente que se fizesse amor, sem amor. Pelo menos assim é que ele aparece na literatura, mesmo que, muitas vezes, exagerado ou descomedido. Tal literatura, por sua vez, teve o mérito de sublinhar o caráter subversivo de um tema que, séculos depois irá inspirar o amor louco – ou *amour fou* – entre os surrealistas.

E que seria tal amor louco? Nele, a exaltação amorosa, exaltação alheia a leis e regras, feita de devoção ao amado ideal conduziu a aristocracia do início do Renascimento a valorizar, teórica e literariamente, a dama. Ou seja, a mesma mulher que era subserviente na vida real, condenada por São Paulo a obedecer.

Próximo, às vezes, de um erotismo ao mesmo tempo erudito e interiorizado, seu conteúdo se alimentou a partir do século dezesseis de certa filosofia então muito na moda: o neoplatonismo. Mas vejamos como isto aconteceu.

Ao chegar a Idade Moderna, três mudanças fundamentais tiveram lugar na sociedade ocidental: o Estado se centralizou e seus tentáculos começaram a invadir áreas onde ele nunca, antes, penetrara. Inclusive a vida privada. Dentre alguns exemplos desta interferência poderíamos destacar o estímulo à oficialização dos casamentos e a perseguição aos celibatários; o reforço à autoridade dos maridos que passaram a exercer uma espécie de monarquia doméstica; a incapacidade jurídica das esposas a quem não era consentido realizar nenhum ato sem autorização de seus maridos. Quanto aos filhos, estes não podiam casar sem autorização dos pais.

Segunda mudança: as reformas protestante e católica, além de incentivar novas formas de devoção e piedade, tornaram suas igrejas mais vigilantes sobre a moral de seus fiéis. Entre os católicos, a Inquisição perseguia, além de heresias, crimes “sexuais”, como a sodomia, o homossexualismo e as posições do coito julgadas pecaminosas. E, por fim, a divulgação da leitura e do livro tornou os indivíduos mais aptos a se desembaraçar de velhas amarras. Mas, a literatura, também, os deixou mais sujeitos a alimentar representações comuns e compartilhadas sobre temas como o pecado, o amor ou a paixão.

Dois exemplos da influência da leitura: foi graças à imprensa que o filósofo Marsílio Ficino, tradutor e propagandista das idéias de Platão, impôs as especulações do filósofo grego à Europa refinada. Suas obras foram traduzidas, lidas e comentadas em vários países europeus. Ele rememorou os comentários de Platão sobre o mito da androginia, para concluir que o amor é a reunião de duas partes, antes separadas. Ele é o reencontro de duas antigas e caras metades. A unidade readquirida não é, contudo, perfeita. Esta nova unidade é marcada pelo estranhamento e por cicatrizes da separação. Em 1541, graças ao sucesso dos *Dialogi di amore* – Diálogos de amor – de Leon, o hebreu, belas mulheres e audazes cavaleiros aprendem a dissertar sobre o valor universal da paixão espiritual, cuidadosamente distinta do triste amor carnal. Mas o tal amor que se lia nos livros seria só sinônimo de desprendimento e frustração?

Aparentemente, sim. O neoplatonismo do Renascimento teria sido para as elites cultas meio de esquecer e empurrar para baixo do tapete a repressão sexual a qual elas deviam se habituar. Não se casar jamais por prazer e não casar jamais sem o consentimento daqueles a quem se devia obediência, era lei nas casas aristocráticas. O casamento era um negócio de longa duração que não podia começar sem a opinião de parentes e amigos. A bem dizer, atrás da concepção cristã do casamento havia a hebraica. Ambas preocupadas em

eliminar o amor-paixão do casamento e a impor à mulher obediência ao marido. O marido não estava lá para fazer amor, mas para comandar. A maior parte das esposas tinha um marido que nem sempre fora desejado, que lhes era imposto sem consulta. Esse marido era chefe e mestre, a quem mais se sujeitavam do que ao pai e irmãos. O lugar do amor restringia-se, portanto, à literatura. Literatura onde, ao contrário, a mulher reinava e era adorada, distribuía ou recusava favores livremente. Mas sempre no cenário onde se bifurcavam dois amores: o de fora e o de dentro do matrimônio. E o de fora, levando, invariavelmente, a dolorosas dificuldades.

No teatro elisabetano, por exemplo, quando se apresentava a idéia de um poderoso amor, ao mesmo tempo carnal e espiritual, ligava-se diretamente ao tema da paixão e da morte. Lembram-se de Romeu e Julieta? A maior parte dos autores dos tempos modernos, dos poetas de corte aos moralistas populares, todos bordaram, com preciosismo ou realismo, variações sobre estes pontos. Até fundindo-os. Mas há uma tônica quase permanente: o poder do amor, a atração mútua dos corpos ou o perigo representado pelos charmes femininos, e, *last, but not least*, o castigo final.

Existem, sem dúvida, exceções. Lope de Vega, que dominou o teatro do século de ouro espanhol, deu importante lugar ao amor em suas múltiplas comédias. Ele figura ao lado da busca pelo prazer, característica de seu tempo. Era o prazer o elemento que permitia o triunfo do casal sobre todos os obstáculos jurídicos ou humanos que se opunham ao seu desabrochar. Mas a maioria dos escritores fica com Cervantes que em suas *Novelas exemplares*, de 1613, preferia celebrar os amores honestos e pudicos, mesmo os de uma pequena cigana ou de uma servente de albergue, às paixões sem freios.

Os progressos da repressão sexual tiveram algumas conseqüências notáveis. Uma delas foi a de levar a sociedade ocidental, em princípio condenada a respeitar a decência e o pudor, à obsessão erótica ligada, muitas vezes, ao culto clandestino da pornografia. O início do Renascimento expôs, sem disfarces, as virtudes do sexo assim como o charme de seus preparativos. E o fez sem cerimônias. Os aspectos carnais do amor se exprimiam com franqueza radical; os poetas que buscavam sem falso pudor as alegrias do leito ou do beijo e confessavam preferi-los às carantonhas de devoção pareciam, na sua sinceridade, escandalosos. Aproveitando-se da revalorização da Antiguidade, artistas variados tentavam unir a inconstância do apetite erótico com a filosofia de que era preciso viver o momento presente.

As diversas etapas do amor sensual ou do desespero amoroso nunca foram tão bem cantadas como o fizeram, por exemplo, Ronsard e Shakespeare. São autores que celebraram o êxtase nascido da satisfação do desejo. O Renascimento italiano, por sua vez, inaugurou o culto alegre e realista da licença

amorosa. Em suas rimas voluptuosas, a beleza que se venera com toda a liberdade é a do Paraíso antes do pecado: “Eu te saúdo, oh, fenda rósea/ que entre estes flancos, vivamente fulguras/ eu te saúdo, ó venturosa abertura/ que torna a minha vida tão contente e feliz”. Mas a ordem moral burguesa que então se instalava, empurrava para baixo do tapete o domínio dos escritos proibidos, o quadro de nudez e de corpos enlaçados. Enquanto a *Vênus de Botticelli* se despia na tela, nos quartos, os corpos se cobriam.

O paradoxo da Reforma católica foi o de coincidir, na Europa aristocrática, com os desenvolvimentos da civilização renascentista. Misticismo e pecado, normas e desregramento coabitavam na prática e nas representações. Sermões tenebrosos sobre o Juízo Final conviviam com a literatura erótica cuja especialidade era o gênero pastoral, caro às cortes que se deliciavam em ouvir ou ler sobre amores de pastores e pastoras. Eles convidavam os espectadores e leitores a gozar o melhor de sua juventude, a viver plenamente, a beber, a comer, a folgar. Entre céu e inferno, a aproveitar cada dia, antes que a morte os levasse. Sua mensagem era direta: terapia de alegria e de contentamento pessoal, o bom uso do sexo não dependia senão da disposição física dos parceiros.

Mas os séculos ditos “modernos”, do Renascimento não foram tão modernos, assim. Um fosso era então cavado: de um lado os sentimentos, e do outro, a sexualidade. Mulheres jovens de elite, eram vendidas, como qualquer animal, nos mercados matrimoniais. Excluía-se o amor destas transações. Proibiam-se as relações sexuais antes do casamento. Instituíram-se camisolas de dormir para ambos os sexos. O ascetismo tornava-se o valor supremo. Idolatrava-se a pureza feminina na figura da Virgem Maria. Retomava-se os princípios de Santo Agostinho. Para as igrejas cristãs, toda a relação sexual que não tivesse por fim imediato a procriação se confundia com prostituição. Em toda a Europa, as autoridades religiosas tiveram sucesso em transformar o ato sexual, e qualquer atrativo feminino, em tentação diabólica. Na Itália, para ficar num exemplo, se condenava à morte os homens que beijassem uma mulher casada, na Inglaterra, decapitavam-se as adúlteras, e em Portugal, queimavam-se, em praça pública, os sodomitas.

Durante o século XVII, autores como Descartes, filósofo francês, tentaram explicar a natureza exata do amor como fruto de emoção da alma, emoção diversa da agitação do desejo. O amor: oblação, dedicação e abandono de si. O desejo: posse, narcisismo, egoísmo. Opor a amizade terna aos prestígios da sensualidade tornou-se obrigação. O erotismo era visto como ruinoso e não foram poucos os que tentaram sublinhar a que ponto a paixão podia ser fatal. O amor no casamento, por sua vez, consolidava-se na representação da “perfeita amizade” ou da união, no coração, de duas almas por meio do amor divino. O sexo era, por vezes, mencionado, mas, na amizade,



a razão tinha que dominar o ardor da carne. E a razão era, neste caso, vista como força ou benção divina.

Estudando a vida privada na Europa moderna, o historiador Orest Ranum percebeu que se o casamento envolvia a mistura de corpos, isto acontecia, menos por amor apaixonado do que por dever; para garantir a procriação e a continuidade das famílias. As relações sexuais não eram necessariamente íntimas ou amigáveis. O ato não requeria intimidade, apenas, privacidade. Entre cônjuges unidos exclusivamente por interesses, o sexo sem intimidade espiritual, mais era masturbação do que ato de amor. Os documentos históricos demonstram, claramente, quanto marido e esposa não confiavam um no outro. Denunciavam quando a sensibilidade frente ao desejo do outro estava exaurida ou se nunca existira. A correspondência, sobretudo, revela a falta de amizade entre esposos, erro, considerado pelos costumes de então, gravíssimo. As esposas eram normalmente chamadas ou referidas por seus maridos de “amigas”. Mas não era impossível que, na falta de “bem querer amistoso” fossem chamadas laconicamente de *Madame*. Tratamento distante, convenhamos, mas como lembra o pesquisador, mesmo sem intimidade, as relações conjugais eram polidas.

No início do século XVI, faltava prestígio ao matrimônio. Ele era suspeito. Era visto como mal menor, sendo sua tarefa básica, a de proteger contra a fornicação. Ele era, portanto, aos olhos da Igreja, obra da carne. E os olhos da Igreja eram os olhos de todo o mundo. Para ela, a essência do indivíduo residia na alma. Por isso mesmo, ninguém se casava, como já viu o leitor, “para o seu prazer”. As pessoas não se casavam para si, mas para sua família. O marido não existia para fazer amor, mas para mandar. Nada sobrava para a esposa senão baixar a cabeça. Conformar-se.

Fora disto restava a educação sentimental feita por meio da ligação amorosa. Ligação precária que se podia anular a qualquer momento. De preferência sem filhos, nem encargos. Não oficial ou sancionada. Mas nesta esfera estreita é que as emoções, sentimentos e sensações se manifestavam. Emoções, todavia, repudiadas no momento de construir uma família. Sufocada dentro do sacramento, a licença amorosa, ou o erotismo, era o afeto vivido somente – ou de preferência – fora do lar, na relação extraconjugal.

No século XVIII, assistiu-se ao reforço das teses anteriores. Na Época das Luzes o casamento foi objeto de um movimento literário ambíguo. Inspirada pela mitologia medieval e cortesã, a paixão pré-romântica, ilustrada pelo *Werther* de Goethe, publicado em 1774, insistia em punir a sexualidade. Quando Rousseau, por sua vez, introduz o que pensava sobre o amor para uma sociedade aristocrática em busca de prazeres, suas preocupações de valorizar a inocência e a virtude, apenas reiteram a longa tradição de

idealização, correspondente, sobretudo, à vontade de esconder, se não de esquecer o ato carnal.

Mas outra corrente de letras européias, contudo, celebrou a sexualidade com bem menos recato. No mesmo século XVIII, textos poéticos e literários exprimem os desejos de uma elite obcecada pela busca de volúpia sensual e a do uso das técnicas eróticas mais aprimoradas. Fruto da repressão sexual que suprimia até a o nu da pintura – tão exposto no Renascimento – esta sensualidade cerebral exacerbava o mito intelectual da virilidade, do qual D. Juan é um símbolo. Falante e galante, este século só tratava de amor nos salões aristocráticos e mesmo assim, dentro das mais estritas regras de etiqueta cortesã. Usou-se muito a *coquetterie*, fórmula que, respeitando decência da linguagem, disfarçava habilmente as estratégias mais sórdidas de sedução. O coração contava, então, menos do que o sexo. O laço entre a hipocrisia das convenções, próprias às camadas ricas e a tensão erótica que elas contribuíam a reforçar, forneceria o tema essencial para a libertinagem. Inspirada pela máscara da boa educação, esta retórica exprime os constrangimentos de uma sociedade galante que matava o amor, ao transformá-lo em vício. Falar de sexo, tornou-se agradável compensação para o vazio espiritual da elite. O retrato mais nítido desta situação foi feito por Choderlos de Laclos, em seu *As ligações Perigosas*.

Além da literatura libertina, o Ocidente conheceu entre os séculos XVII e XVIII a difusão da produção pornográfica. Escritos escandalosos marcavam a maneira das elites protestarem contra o puritanismo oficial. Afinal, em numerosas regiões do Ocidente moderno, as autoridades religiosas já tinham tido sucesso em transformar o sexo em ato abjeto e qualquer distração sensual, em tentação diabólica. É preciso, contudo, desconfiar da liberação idealizada cantada nos textos eróticos ou pornográficos. Expressão de necessidades não satisfeitas, esta literatura mais representa um contraponto à progressiva imposição da repressão sexual. Repressão que atingiu até os iluministas, estando muito clara no verbete sobre “erotismo”, da Enciclopédia de Diderot e d’Alembert que o definia como “verdadeira doença”, fenômeno da patologia médica.

Nem todos os grupos adotaram essas atitudes, mas o aparente sucesso do ascetismo coletivo na Europa do Antigo Regime, resultou no que o filósofo Michel Foucault chamou de “domínio de si e do outro”. Domínio que promovia a derrota da vida e o desaparecimento do amor erotizado. O triunfo progressivo do casamento e do controle da sexualidade impediu a Época das Luzes de aparecer como período de revolução de costumes. Esta vai atingir – com exceção da liberdade tradicional de certos membros da classe dirigente – apenas estreita minoria popular, sobretudo no meio urbano. O Ocidente

cristão seguirá hostil à idéia de felicidade e da emancipação das pessoas. Fora da realidade preciosa, mas, rara do amor conjugal, todos os outros germes de felicidade sexual, presentes na antiga sociedade, tendiam a ser desvalorizados.

Por volta de 1700, as cortes galantes, os chamados “salões preciosos” e mesmo os contos de fadas, muito na moda, então – realimentam o ideal do amor impossível. Se o sentido exato desta linguagem é difícil de definir, nas grandes cortes européias se dá ao sentimento amoroso lugar cada vez maior no âmbito da poesia, por vezes, até piegas. O romance, gênero recém-criado se via, igualmente, tomado por temas amorosos. Tais temas, todavia, insistem em pintar, no amor paixão, a catástrofe e a doença própria a satisfazer as tendências masoquistas de certos heróis. É como se a modernidade tivesse feito desabrochar uma linguagem literária cada vez mais amorosa, enquanto o amor, ele mesmo, se tornava mero desejo distante.

Os escritores franceses do século XVIII vão impor um novo modo de representar a paixão. Malgrado a presença de textos libertinos, a época da Revolução Francesa daria visibilidade ao culto romântico da paixão, ligando-o mais estreitamente à dor do que à felicidade. Os autores que então escrevem sobre o amor seguem divididos entre justificar sua existência ou condenar seus excessos. Bem poucos escaparam à idealização tradicional do sentimento. Tal idealização foi mesmo reforçada no século seguinte, com os autores românticos que preferiam demonstrar que as doenças que envenenavam seus heróis, matando-os ao final de cada história, provinham do veneno mais letal: o amor ele mesmo.

Sobre esta pequena síntese sobre o amor no Ocidente moderno, vale a pena reter algumas teses. Diferentemente de hoje, quando não imaginamos o casamento sem amor-paixão, no passado, as duas coisas eram quase incompatíveis. Não que o amor estivesse “obrigatoriamente” ausente dos matrimônios, sobretudo, dos arranjos, e presente, fora deles; estava, sim, submetido a mil constrangimentos, incluindo os de ordem sexual, como veremos adiante. O risco do casamento movido por sentimentos era o de subverter a função desta mesma instituição, desestabilizando a transmissão do patrimônio, a garantia de alianças e o domínio de certos grupos de poder sobre outros.

A vasta corrente da literatura moralista que vai do século XV ao XIX identifica o amor a causas funestas, separando, radicalmente, o amor no cotidiano, daquele cantado em prosa e verso. No cotidiano, ou seja, no matrimônio, ele se justifica no serviço de orientação conjugal com os quais eram torpedeados os casais: “a primeira causa era a procriação e a educação dos filhos no temor a Deus. A segunda, é que o matrimônio se destinava a ser um remédio contra o pecado, um antídoto à fornicação. A terceira, ele deveria ser o instrumento de auxílio à mútua convivência, ajuda e conforto

que um esposo prestasse ao outro”. Contudo, como demonstram os demógrafos, o sexo ilícito crescia no final do século XVIII ao mesmo tempo em que o casamento se tornava universal.

Exceção à regra foi a Inglaterra, onde o casamento não tinha finalidade de maximizar a procriação. Casamentos tardios e poucos filhos teriam antes impulsionado a revolução industrial e o sucesso do capitalismo. Os casais se escolhiam livremente, baseados na emoção que sentiam um pelo outro. O mesmo se observava entre camponeses que, casando-se mais tarde, escolhiam suas esposas a partir do princípio de equilíbrio, igualdade e afetividade. Não tendo mais do que seu trabalho a repartir, o casal fica mais livre do que aqueles que, nas elites, tinham muito a dividir.

E será possível olharmos pelo buraco da fechadura da história para ver como se comportavam os casais, amando para valer ou detestando-se? O historiador Lucien Fébvre lembra que o casamento no passado é um “enigma”. Enigma, pois se encontram milhares de construções jurídicas e teológicas sobre o sacramento. Mas histórias, plenas, humanas e vivas sobre como se vivia casado, são raras. Enigma, também, porque, durante séculos, o imenso esforço se faz nas sociedades cristãs, para “policar e civilizar” seus membros; para fazer triunfar sobre os instintos, a moral fundada na razão. Inúmeros “oficiais da moral”, padres, pastores, pregadores e confessores, físicos ou médicos, se empregaram com ardor e abnegação em alardear as vantagens de tal relação. Mas vantagens, se ela fosse despossuída de paixões. Eles impõem o casamento. Eles o proclamam indelével. Mas eles não entram no seu interior. Eles exigem que os cônjuges sejam bons, doces, polidos, e, sobretudo, saibam controlar seus instintos. O cristianismo fez do matrimônio um sacramento. Quebrá-lo era um dos maiores pecados que o homem podia cometer. E quando os homens, por milagre de paciência, de sutileza e de imaginação conseguem fazer germinar, crescer e florir o amor, esta impressionante criação, os moralistas lhes viravam as costas. Se eles consentissem finalmente em colher a flor do sentimento amoroso no jardim dos homens era exclusivamente para oferecê-la a Deus e não, para ajudar os próprios homens. Poucos esforços foram feitos no sentido de proteger ou estimular as relações do amor com o casamento – da instituição protegida, sancionada, imposta por Deus e do sentimento vivido por homens e mulheres, na precariedade de suas vidas.

As coisas mudaram a partir de meados do século dezoito. A sociedade tendeu, desde então, a aproximar as duas formas de amor tradicionalmente opostas. Impôs-se certo ideal de casamento, lentamente aos esposos, obrigando-os a se amar como amantes. O erotismo extraconjugal entrou no casamento afugentando a reserva tradicional. Passou a existir um único amor, o amor-paixão, o amor poderosamente erotizado e as características tradicionais do

amor conjugal, tal como nós o evocamos foram, lentamente, abolidas e consideradas obstáculos residuais que retardavam o triunfo do amor, feito, também, de sentimento e sexualidade.

Para concluir, poderíamos dizer que a sexualidade e o amor têm cronologias próprias, cronologias que escapam, aparentemente, aos fatos políticos e econômicos. É impossível contar a sua história à luz dos temas que habitualmente enchem os livros sobre História do Brasil. Dentro, contudo, das transformações pelas quais passou a sociedade ocidental cristã poderíamos avançar o seguinte: o que se assistiu ao longo dos tempos, foi uma longa evolução que passou da proibição do prazer ao direito ao prazer. Fomos dos manuais de confessor que tudo interditavam aos casamentos arranjados, policiados, acompanhados, passo a passo por familiares zelosos. E destes, ao impacto das revoluções que ao final dos anos 60 exportaram mundo afora lemas do tipo “Ereção, insurreição” ou “amai-vos uns sobre os outros”, sem contar o movimento *hippy* com o lema de “Paz e Amor”. Desde então, o amor e o prazer se tornaram obrigatórios. O interdito se inverteu. Impôs-se a ditadura do orgasmo forçado. O erotismo entrou no território da proeza e o prazer tão longamente reprimido tornou-se prioridade absoluta, quase esmagando o casamento e o sentimento. Passou-se do afrodisíaco à base de plantas para o sexo com receita médica, graças ao Viagra. Passou-se da dominação patriarcal à liberação da mulher.

Entre nós, durante mais de quinhentos anos, os casamentos não se faziam de acordo com a atração sexual recíproca. Eles mais se realizavam por interesses econômicos ou familiares. Entre os mais pobres, o matrimônio ou a ligação consensual era uma forma de organizar o trabalho agrário. Não há dúvidas de que o labor incessante e árduo não deixasse muito espaço para a paixão sexual. Sabe-se que entre casais, as formas de afeição física tradicional – beijos e carícias – eram raridade. Para os homens, contudo, as chances de manter ligações extra-conjugais eram muitas

Vimos que há séculos, o chamado amor romântico, nascido com os trovadores medievais fundou a idéia de união mística entre os amantes. A idealização temporária, típica do amor-paixão, juntou-se ao apego mais duradouro do objeto de amor. O amor romântico que começou a exercer influência a partir de meados do século XIX, inspirou-se em ideais deste tipo e incorporou elementos do amor-paixão. Não foi à toa, lembram especialistas, que o nascimento do amor romântico coincide com a aparição do romance: ambos têm em comum nova forma de narrativa. Nela, duas pessoas são a alma da história, sem referência a processos sociais que existam a seu redor.

Na base da idéia de amor romântico, associava-se pela primeira vez amor e liberdade, como coisas desejáveis. O leitor há de lembrar que os trovadores

cantavam também as possibilidades de libertação do amor-paixão, do amor louco; mas só no sentido de quebrar as rotinas, invertendo os deveres. Já as idéias contidas no amor romântico, ao contrário, apontam os laços entre a liberdade e a realização pessoal. Esta mudança se instalou junto com outras: a modernização e a urbanização do país. A reorganização das atividades cotidianas, ocasionou a reorganização profunda da vida emocional que ainda está por ser estudada. Ambas, contudo, ajudaram a sepultar, devagarzinho, antigas tradições referentes à escolha dos pares e às formas de dizer o amor.

Mas por trás da idéia libertadora, os sociólogos revelam que hoje, se acumulam as vítimas, os perdedores. A liberdade amorosa tem contrapartidas: responsabilidade e solidão. E exatamente porque se colhem os frutos desta última, compreende-se, hoje melhor, que o passado não foi só feito de trevas. A tradição não é apenas, como querem seus críticos, opressiva, sufocante e despótica. Ela funciona como barreira útil para a comunidade; por meio dela se entende que a família, a criança e a procriação funcionem e se perpetuem como fonte de profunda emoção.

O resultado desta longa caminhada? Especialistas afirmam que hoje queremos tudo ao mesmo tempo: o amor, a segurança, a fidelidade absoluta, a monogamia e as vertigens da liberdade. Fundado exclusivamente no sentimento que sobrou do amor romântico, o sentimento mais frágil que existe, o casal está condenado à brevidade e à crise. Mais. A liberdade sexual é um fardo para os mais jovens. Muitos deles, têm nostalgia da velha linguagem do amor, feita de prudência, sabedoria e melancolia, tal como viveram seus avós. Hoje, a loucura é desejar um amor permanente, com toda a intensidade, sem nuvens ou tempestades. Na sociedade de consumo, o amor está supervalorizado. O sexo tornou-se nova teologia. Só se fala nisso e se fala mal, com vulgaridade. Sabemos, depois de tudo, que o amor não é ideal, que ele traz consigo a dependência, a rejeição, a servidão, o sacrifício e a transfiguração. Resumindo: existe grande contraste entre o discurso sobre o amor e a realidade de vida dos amantes. O resultado? Escreve-se cada vez mais sobre a banalização da sexualidade e o desencantamento dos corações enquanto o amor continua sendo sutil e importante, provocando muitos sonhos em homens e mulheres.

## Referências bibliográficas

- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BOLOGNE, Jean-Claude. *Histoire de la pudeur*. Paris: Olivier Orban, 1986.
- CÂNDIDO, Antônio. The Brazilian family. In: SMITH, Lynn e MERCHANT (ed.). *Brazil: Portrait of half continent*. New York: The Driden Press, 1951.

- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- DEL PRIORE, Mary, VENÂNCIO, Renato. *O Livro de Ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- DUBY, Georges. *Le chevalier, la femme et le prêtre*. Paris: Hachette, 1981
- DUBY, Georges, dir. *Histoire de la vie privée: de l'Europe féodale à la Renaissance*. Paris: Seuil, 1985.
- FEBVRE, Lucien. *Amour sacré, amour profane*. Paris: Gallimard, 1944.
- FEBVRE, Lucien. Pour l'histoire d'un sentiment. In: CHARTIER, Roger (org.). *La sensibilité dans l'histoire*, org. Roger Chartier. BRIONNE: G. Monfort, 1987.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Le sexe et l'Occident*. Paris: Seuil, 1981.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977
- GIDDENS, Giddens. *The transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*. Oxford: Polity Press/Blackwell, 1992.
- GOODY, Jack. *Family and Marriage: the Development of Marriage and Family in Europe*. London, 1983.
- JAQUIER, Claire. *L'erreur des désirs: Romans sensibles au XVIIIème siècle*. Paris: Payot, 1998.
- LEBRUN, François. *La vie conjugale sous l'Ancien Régime*. Paris: Armand Collin, 1975.
- MACFARLANE, Alan. *Marriage and Love in England*. Oxford: Blackwell, 1987.
- RICHARD, Guy, LE GUILLOU, Annie Richard. *Histoire de l'Amour*. Paris: Privat.
- ROUGEMENT, Denis de. *L'Amour et l'Occident*. Paris: Gallimard, 1939.
- SIMONET, Dominique, et alii. *La plus belle histoire de l'amour*. Paris: Seuil, 2003.
- SHORTER, Edward. *The making of the Modern Family*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- SOLÉ, Jacques. *L'Amour en Occident à l'époque moderne*. Paris: Albin Michel, 1976.